

Esperar pelo aperfeiçoamento da Lei da Actividade dos Centros Particulares de Apoio Pedagógico Complementar do Ensino não Superior para facilitar o desenvolvimento saudável do sector

Wu Hang San 08/11/2023

A par do progresso social, é bastante comum ambos os membros do casal estarem empregados. A procura social de serviços de cuidados pós-escolares continua a aumentar, resultando numa abundância de centros de apoio pedagógico. A maioria desses centros oferece serviço completo, incluindo transporte, recepção aos alunos e explicações, e até fornecimento de refeições. No entanto, segundo alguns pais, há centros de apoio pedagógico sobrelotados e com condições precárias de funcionamento, onde é afectada negativamente a aprendizagem.

Apesar de a Lei da Actividade dos Centros Particulares de Apoio Pedagógico Complementar do Ensino não Superior ter entrado em vigor no dia 1 de Maio de 2023, ainda há muitos aspectos com necessidade de melhorias.

Assim, sugere-se:

- 1. Caso pretenda alterar as suas taxas de serviço, o centro de apoio pedagógico terá de comunicá-lo à DSEDJ e aos pais dos alunos, com 30 dias de antecedência;
- 2. O centro de apoio pedagógico deve ser obrigado a afixar, em local bem visível na sua entrada, uma lista dos seus funcionários, especificando claramente os nomes do(s) coordenador(es), do(s) agente(s) de apoio à aprendizagem e do(s) agente(s) de recepção de alunos, bem como os comprovativos académicos, com o objectivo de garantir a idoneidade e competência pedagógica do corpo docente. A adopção de uma abordagem aberta e transparente permitiria proporcionar uma melhor segurança quanto ao bem-estar físico e psicológico dos alunos;
- 3. Limitar adequadamente o número de alunos admitidos, por exemplo, estabelecendo um limite máximo de admissão de 20 alunos em cada nível, e disponibilizar dois a três agentes de apoio à aprendizagem para cada nível.

Poderá também ser adoptado o actual rácio aluno-professor aplicável, que seria de um agente de apoio à aprendizagem para cada seis a oito alunos;

4. O número de alunos admitidos pelo centro de apoio pedagógico deve ser estritamente proporcional à área disponível do seu espaço. A DSEDJ deve fiscalizar os centros de apoio pedagógico a fim de monitorizar o seu funcionamento.

Desta forma, a carga de trabalho dos agentes de apoio à aprendizagem pode ser reduzida e os alunos podem obter melhor atendimento, melhorando assim a qualidade geral do ensino.